

EMENDA Nº , de 2017 – CCJ

Para acrescentar os §§ 1º e 2º ao art. 39 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado.

“Art.39.....  
.....  
.....  
.....  
.....

§1º O Juiz da execução penal será informado de qualquer crédito judicial a favor do apenado, de natureza indenizatória, para que proceda a habilitação da vítima ou seus sucessores, no limite da indenização à que façam jus, pela ofensa sofrida.

§2º Aplica-se ao preso provisório, no que couber, o disposto neste artigo.” (NR)

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 513/2013, propõe importantes mudanças a Lei n. 7.210/84, Lei de Execução Penal, aprimoradas pelo substitutivo do Ilustre Relator, restando, contudo, desamparadas as vítimas daqueles sujeitos ao regime prisional.

A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, além de estabelecer a forma como os apenados cumprirão suas penas, prevendo condições que devem ser respeitadas pelo Estado, elenca, também, em seu artigo 39, dentre as obrigações



(deveres) do condenado, a indenização da vítima ou aos seus sucessores (inciso VII, do artigo 39).

No entanto, ainda que haja a imposição legal desta obrigação – a de indenizar a vítima ou seus sucessores, tal dever passa “in albis”, não sendo considerada na execução da pena.

Ora, a Lei de Execução Penal, deve ser um instrumento que além de assegurar ao apenado, condições humanas para o cumprimento da pena, assegure, também, à vítima ou seus sucessores, a reparação dos danos causados por seu ofensor – o apenado.

A presente proposição, tem o objetivo de assegurar que a vítima ou seus sucessores sejam habilitados em créditos judiciais, de natureza indenizatória, em favor do condenado, para que possam, efetivamente, serem ressarcidos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017

**Senador RICARDO FERRAÇO**

